

**Cobrança – Autos 71.600/2010.**

**Autor: Otavio Pietsiaki.**

**Ré: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A.**

## **S E N T E N Ç A**

### **I – RELATÓRIO**

**Otavio Pietsiaki**, já qualificado nos autos, propôs **ação de cobrança** em face de **Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A**, também já qualificada. Alegou, em síntese, que, em 03/02/1990, envolveu-se em acidente automobilístico, o que lhe acarretou invalidez permanente, fazendo jus à indenização prevista na Lei 6.194/74, no importe de 40 salários mínimos. Diante disso requereu a condenação da réu ao pagamento da indenização por invalidez permanente, mediante a procedência do pedido, observada a sucumbência.

Em contestação (fls. 43/79), a ré requereu a substituição do pólo passivo, de modo a figurar a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A. Arguiu, ainda, de prescrição. No mérito, impugnou o laudo produzido unilateralmente pelo autor. Sustentou ausência de nexo causal entre o acidente e os danos eventualmente sofridos pelo autor. Defendeu a necessidade de realização de perícia técnica ao argumento de que o valor indenizável deve ser proporcional ao grau de invalidez, obedecendo ao teto máximo de R\$ 13.500,00. Insurgiu-se contra a utilização do salário mínimo como critério de correção monetária, sendo que, no caso de entendimento diverso, o salário mínimo deve corresponder ao da época do sinistro. Salientou a diferença entre invalidez e debilidade. Rebateu os critérios de fixação dos juros de mora, correção monetária e

honorários advocatícios. Em conclusão, requereu a extinção do processo sem julgamento do mérito ou sucessivamente o reconhecimento da prescrição ou, ainda, a improcedência dos pedidos, aplicando-se ao autor as verbas legais.

Réplica às fls. 99/107.

Instadas a especificar provas (fls.108), ambas as partes pleitearam pelo julgamento antecipado (fls. 110/114 e 115/116).

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **1 – Julgamento Antecipado da Lide**

O processo comporta julgamento no estado em que se encontra (CPC, art. 330), eis que a matéria fática encontra-se suficientemente delineada nos autos, permitindo-se a emissão de um juízo de valor.

### **2 – Preliminares**

Os argumentos apresentados para **substituição processual** não foram suficientes no sentido de se eximir por completo a responsabilidade da ré, eis que não encontram respaldo legal, pelo que deve ser rejeitado o pleito nesse sentido.

### **3 – Prescrição**

Em se tratando de invalidez, o termo inicial do prazo prescricional de três anos estabelecido no art. 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil, é a data na qual o beneficiário dela teve ciência (Súmula n. 278/STJ). Isso ocorreu, no caso, quando da realização do laudo do IML de

fls. 26/26 vº, em 07/06/2010. Assim, como a ação foi proposta em 22/10/2010 (fls.02), não se pode considerar consumada a prescrição.

#### **4 – Mérito**

Registro inicialmente que o direito subjetivo ao recebimento da indenização securitária é gerado pela ocorrência do sinistro. Desta forma, na hipótese de seguro obrigatório, a obrigação bem como o seu cumprimento, regula-se pela lei vigente ao tempo do acidente, sob pena de ofensa aos princípios da segurança jurídica (CF, art. 5º, XXXVI) e da irretroatividade da lei (LICC, art. 6º).

No caso, portanto, tendo o acidente ocorrido **antes da Medida Provisória 340, de 29/12/2006**, o valor indenizatório, deve corresponder àquele previsto na redação original da Lei 6.194/74, ou seja, “até 40 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País” (Lei 6.194/71, art. 3º, “b” c/c art. 5º, § 1º), com a ressalva de que a indenização a ser paga deve observar o piso salarial vigente à época da ocorrência do sinistro, conforme entendimento jurisprudencial: TJPR - 8ª C.Cível - AC 0637977-5 - Altônia - Rel.: Des. Jorge de Oliveira Vargas - Unânime - J. 29.04.2010.

No mérito, restou comprovado o “**acidente automobilístico**”, ocorrido em 03/02/1990, em relação ao autor (fls. 22/24), bem como as lesões corporais que o afligiram em razão do episódio (fls. 26/26 vº), inclusive a “invalidez permanente” de 10% (dez por cento), cujo laudo não restou infirmado por outras provas nos autos, que, o que legitima, ao menos **em parte**, a pretensão deduzida, nos termos da Lei 6.194/74.

Não há, por outro lado, qualquer irregularidade ou ilegalidade na **utilização do salário mínimo como parâmetro indenizatório**. Sim, porque, nos termos do artigo 3º, da Lei 6.194/74, então vigente por ocasião

do acidente, sua utilização destinava-se exclusivamente a quantificar a reparação, não implicando em indexador ou fator de atualização monetária. Sobre o assunto: STJ – RESP 153209 – RS – 2ª S. – Rel. p/o Ac. Min. Aldir Passarinho Junior – DJU 02.02.2004 – p. 00265.

A par disto, a despeito do defendido pela parte autora, considerando a legislação em vigor na época do fato, o valor indenizatório deve ser fixado proporcionalmente ao grau de invalidez. Isto porque a expressão “até” indica que os quarenta salários mínimos são o limite indenizatório, ou seja, para o caso de invalidez permanente total esse será o valor a pagar à vítima. Sendo, entretanto, parcial a invalidez, a interpretação da norma haverá necessariamente de preservar o **juízo de proporção entre o grau de incapacidade aferido no laudo pericial e o montante da indenização**, considerado o limite acima referido. Ver, a propósito: TJPR - 10ª C.Cível - AC 0656096-7 - Londrina - Rel.: Des. Nilson Mizuta - Unânime - J. 20.05.2010.

Esse entendimento, aliás, foi assentado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, no incidente de uniformização de jurisprudência nº. 547.270-2/0, que estabeleceu o seguinte: “*Nas hipóteses de invalidez permanente anteriores à Lei nº. 11.945/2009, a indenização do seguro DPVAT deverá ser proporcional ao grau do dano sofrido, cuja mensuração carecerá de exame realizado perante o Instituto Médico Legal, ou, em sua ausência, através de perito indicado pelo juiz*” (Súmula 30- TJPR).

Fixado nessa premissa, considerando o percentual de invalidez do autor (10%), aliado ao valor do salário mínimo, na época do fato (NCz\$1.283,95 – de acordo com Decreto 98.783/89), bem como inexistência de prova de pagamento administrativo, conclui-se que o autor

faz jus ao recebimento de NCz\$ 5.135,80 (cinco mil, cento e trinta e cinco cruzados novos e oitenta centavos)<sup>1</sup>.

De outra parte, as **resoluções** e **portarias** editadas pelo conselho nacional de seguros privados (CNSP) não podem se sobrepor à norma – Lei nº 6.194/74 – válida, vigente e eficaz, em obediência ao princípio da hierarquia das leis. Deve, pois, prevalecer o valor estabelecido na redação original da Lei nº 6.194/74, para efeito de pagamento da indenização pelo seguro DPVAT.

Por derradeiro, os **juros de mora** e a **correção monetária**, são devidos nos termos do dispositivo.

### **III – DISPOSITIVO**

Em face do exposto, **julgo procedente em parte** o pedido contido na inicial (CPC, art. 269, inc. I), a fim de condenar a ré ao pagamento em favor do autor de NCz\$ 5.135,80 (cinco mil, cento e trinta e cinco cruzados novos e oitenta centavos), acrescido de juros de mora, de 1% (um por cento) ao mês (CC/02, art. 406 c/c CTN, art. 161, § 1º), a partir da citação (CPC, art. 219), além de correção monetária (INPC/IBGE), contada a partir da data do fato (03/02/1990), por se tratar de mera atualização da moeda a partir de um valor certo.

Considerando o contexto desta decisão, com base no artigo 21, “*caput*”, do CPC, determino que as custas e despesas processuais fiquem rateadas em 90% (noventa por cento) a cargo do autor, e 10% (dez por cento) a cargo da ré.

Quanto aos honorários advocatícios, arbitro em 500,00 (quinhentos reais) em favor dos procuradores da ré, e em R\$ 200,00 (duzentos reais) para os procuradores do autor (CPC, art. 20, §§ 3º e 4º),

---

<sup>1</sup> (40 x NCz\$1.283,95) x 10% = NCz\$ 5.135,80.

ressalvado o direito autônomo de cada profissional<sup>2</sup>, observado em favor do autor o disposto nos arts. 11 e 12, da Lei nº 1.060/50, por ora deferida.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Londrina, 22 de agosto de 2011.

**José Ricardo Alvarez Vianna**

**Juiz de Direito**

---

<sup>2</sup> Súmula 306 do STJ - Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte.